Análise Social, pp. 2-31

O mar e a viagem marítima na construção discursiva da identidade nacional portuguesa. De uma perspetiva semiótica interessada no funcionamento da cultura, este artigo estuda o papel do mar e da viagem marítima na construção discursiva da identidade nacional portuguesa. Dado o caráter construtivista da semiótica, estuda-se a identidade nacional como um artifício cultural que atribui sentido à realidade social em termos cognitivos e afetivos, e não como uma essência ou um dado pré-social. Mediante o estudo de alguns episódios e passagens das obras *Os Lusíadas* (Camões) e *Mensagem* (Pessoa), pretende-se argumentar como o mar e a viagem marítima têm possibilitado a construção discursiva e a mitificação do "Nós" português, partindo dos valores de perigo, sofrimento, coragem e reconhecimento.
PALAVRAS-CHAVE: Portugal; identidade nacional; mar; viagem marítima; *Os Lusíadas*; *Mensagem*.

The sea and maritime travel in the discursive construction of Portuguese national identity. From a semiotic perspective interested in the functioning of culture, this article studies the role of the sea and maritime travel in the discursive construction of Portuguese national identity. Given the constructivist nature of semiotics, national identity is studied as a cultural artifact that assigns meaning to social reality in cognitive and affective terms, rather than as an essence or pre-social datum. Through the study of certain episodes and passages from the works *Os Lusíadas* (Camões) and *Mensagem* (Pessoa), the aim is to argue how the sea and maritime travel have enabled the discursive construction and mythification of the Portuguese "We" based on values of danger, suffering, courage, and recognition.
KEYWORDS: Portugal; national identity; sea; maritime travels; *Os Lusíadas*; *Mensagem*.

https://doi.org/10.31447/202135 | e2135

SEBASTIÁN MORENO BARRENECHE

O mar e a viagem marítima na construção discursiva da identidade nacional portuguesa

INTRODUÇÃO

A identidade nacional portuguesa tem sido alvo frequente de discussão, debate e problematização, particularmente após a revolução de 1974, quando surgiu na esfera pública portuguesa uma necessidade de redefinir a comunidade nacional em termos políticos, mas também semiótico-discursivos. Nas muitas contribuições para o debate, conceitos como os de "saudosismo", "sebastianismo", "decadência", "hiperidentidade" e "não-inscrição", entre outros, têm sido referenciados por intelectuais, pensadores e cientistas sociais portugueses nos seus intentos de referir aquilo que seria próprio, distintivo, singular, particular e/ou exclusivo do povo português, como identidade coletiva definida em termos de uma nação entre tantas outras. Como resultado, o tema da identidade nacional portuguesa – a que também se pode chamar "portuguesidade" – tem-se tornado uma sorte de obsessão (Almeida, 2017).

No debate, o termo "portugalidade" tem sido estudado como tendo uma ligação particular com a ideologia nacionalista e colonialista do Estado Novo a partir da década de 1950, nos seus intentos de *mitificar* de maneira utópica a identidade nacional portuguesa (Sousa 2017a, 2017b). Por isso, o termo não pode ser confundido com o de "portuguesidade", um conceito utilizado num sentido não-ideológico e puramente descritivo, para referir o "conjunto de características assinaláveis de um povo ou de uma cultura" (Lopes 2011, p. 11), neste caso o povo português.[1] Como os termos "portuguesidade" e

1 Termos equivalentes, em outros contextos, seriam *belgitude*, *argentinidad* e *italianità*, em referência ao conjunto de traços que nos discursos sociais são imaginados como distintivos dos povos belga, argentino e italiano, respetivamente. Como será discutido na próxima secção do artigo, estes termos não implicam assumir que as identidades sejam essências ou um facto dado, fixo e imutável, mas refletem o mecanismo básico de criação de sentido a partir de oposições e diferenças, tão importante na semiótica estruturalista.

"portugalidade" são por vezes utilizados como sinónimos, é importante distinguir este sentido daquele equívoco, ambíguo e ideologicamente carregado utilizado pelo Estado Novo, que Vítor de Sousa (2014, p. 362) caracteriza como correspondendo a "uma visão emocional, de grandeza, de marca completamente construída e datada".[2]

Evidentemente, os conceitos estão relacionados: a "portugalidade", no sentido nacionalista e colonialista do Estado Novo, está baseada na "portuguesidade" no sentido em que é abordada neste artigo, só que é objeto de uma forte mitificação em termos ideológicos. Como propõe Sousa (2017a, p. 383), "a 'portugalidade' está muito associada ao utilitarismo de mito". Portanto, a seguinte fórmula pode servir para visualizar a diferença entre os dois conceitos:

portugalidade = portuguesidade + carga ideológica

Entre os conceitos que têm surgido no debate sobre a identidade nacional portuguesa, o da viagem tem sido particularmente relevante na sua construção discursiva ao longo da história: como propõe Marília Lopes (2015, p. 9), a viagem – e, especialmente, a viagem marítima – é "indissociável de Portugal […] sendo o mar uma das ideias-motrizes mais tenazes na cultura portuguesa, desde há muito raiz e evidência do modo de estar e ser português". Assim, no espaço cultural português – em termos semióticos, na *semiosfera* portuguesa (Lotman, 1996) –, pareceria haver uma forte ligação entre um modo distintivo de ser e de estar no mundo – em termos semióticos, uma "forma de vida" (Fontanille, 2008, 2015; Perusset, 2019) – e a relação com o mar, particularmente através da prática da viagem marítima.

No texto "O mar na identidade cultural portuguesa", Maria Isabel João (2015) repassa como o mar tem sido tematizado na produção cultural dos criadores portugueses, abarcando, no seu estudo, desde a literatura medieval até às artes plásticas contemporâneas. A historiadora afirma que "não admira […] que o mar seja um importante referencial identitário dos portugueses" (João, 2015, p. 129), já que a opção política e económica pela saída ao mar feita na época moderna teve consequências importantes nos imaginários sociais

2 Em inglês, a diferença entre os dois conceitos é visível ao falar de *Portugueseness* como o conjunto de rasgos distintivos da identidade nacional portuguesa, e *Portugality,* no sentido ideologicamente carregado. No caso da *Portugueseness*, o sufixo "*–ness*" marca um mecanismo semântico aplicável a qualquer identidade coletiva, entendida como um discurso social construído através da história que liga certas características diferenciais a um grupo social. Neste sentido, *Belgianness*, *Argentineanness* e *Italianness* seriam os termos equivalentes a *Portugueseness* em relação aos povos desses países.

relacionados com a ideia da "portuguesidade". Para João (2015, p. 132), o mar não só tem dado lugar ao surgimento de "histórias de coragem e de glórias" e "de sofrimento e lágrimas", mas tem sido também "lugar de mistérios e encantamentos".

Embora o mar seja uma entidade físico-material – isto é, um elemento com existência objetiva, percetível empiricamente através dos sentidos e sem nenhum sentido em si mesmo –, ao longo da história tem sido imbuído de conotações, discursos, narrativas e imaginários que transcendem a sua natureza material e que se localizam num plano simbólico e, por isso mesmo, cultural. Assim, o mar tem-se tornado um espaço de descoberta, de encontro e de liberdade, mas também de perigo e sofrimento. Se, seguindo Juri Lotman (1996, p. 157), a cultura é concebida como "uma inteligência coletiva e uma memória coletiva, isto é, um mecanismo supraindividual de conservação e transmissão de certos comunicados (textos) e de elaboração de outros novos", então estudar a cultura implica analisar os elementos que fazem parte dessa memória coletiva, idealmente com o objetivo de contribuir para a sua desmistificação (Sousa, 2017a). Visto que, como propõe Almeida (2004, p. 167) "os portugueses têm uma visão de si próprios em grande parte virada para o passado", tal perspetiva teórica parece justificada.

O objetivo deste artigo é estudar, a partir de uma perspetiva semiótica interessada pelo sentido e pela significação com base no estudo da produção e circulação de textos e discursos no plano sociocultural (Lotman, 1996; Lorusso, 2010, 2015; Landowski, 2014; Verón, 1988), o papel do mar e da viagem marítima na construção discursiva da identidade nacional portuguesa. Dado o caráter construtivista da semiótica, a partir de tal perspetiva a identidade nacional não será concebida como uma essência fixa, natural, estável, dada e imutável, mas mais como uma *ficção* que é dinâmica, contingente, cambiante e resultante de um processo de construção discursiva estendido ao longo do tempo e que serve para dar sentido – em termos históricos, políticos e pessoais, e nos planos cognitivo e afetivo – à realidade social em termos de filiação grupal.

O argumento a defender nestas páginas é que, embora seja uma realidade material, o mar tem sido também um espaço utilizado simbólica e funcionalmente na construção da identidade nacional portuguesa. Esse uso tem acontecido em termos narrativos e identitários (Ricoeur, 1991), mas também míticos: a partir das histórias das viagens marítimas, o "Nós" português tem sido mitificado como um herói. Isto é assim porque, a partir daquilo que provém do mar e do que nele acontece, seja em termos naturais (como no caso de uma tromba marítima) ou mitológicos (como no caso do monstro Adamastor), fica possibilitada a articulação de narrativas identitárias associadas a um "Nós"

coletivo que é valorizado no discurso – em termos semióticos, axiologizado – positivamente, como um herói. Assim, um dos núcleos discursivos centrais da identidade nacional portuguesa pareceria estar ligado ao facto de o sujeito coletivo "Nós, os portugueses" ter superado "os perigos do mar" numa época histórica "dourada", caracterizada e definida pela prática da viagem marítima.

Trata-se de um relato que ainda persiste nos imaginários sociais hegemónicos na semiosfera portuguesa, na forma de uma recuperação e textualização do passado coletivo nacional num discurso social que, como aponta António Pereira (2011, p. 33), o conserva como "longínquo, glorioso e festivo de um povo, resultado dos atos heroicos de conquistadores, santos e navegadores". Assim, um espaço específico – o mar – e uma prática específica – a viagem marítima – servem como pontos de articulação dos discursos sociais sobre a identidade nacional, que são conservados e, nessa conservação, *construídos* como elementos constitutivos da memória coletiva. Isto acontece graças à possibilidade que oferecem de serem imbuídos de um sentido de segunda ordem, num processo de mitificação (Barthes, 1957).

Concretamente, a análise será feita a partir do estudo semiótico de algumas passagens de duas obras fundamentais da literatura portuguesa: *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, e *Mensagem*, de Fernando Pessoa. O objetivo é demonstrar como o processo de simbolização do mar ocorre nestes textos, e como o mar serve para a articulação imaginária da identidade nacional portuguesa, a partir da sua instrumentalidade para a construção discursiva de um "Nós" coletivo que nas viagens enfrenta perigos, sofre, é corajoso e, finalmente, é reconhecido e consagrado como um herói.

Para atingir esse objetivo, a primeira secção do artigo apresenta um marco semiótico sobre a construção discursiva da identidade nacional e o papel da literatura dita "nacional" nesse complexo processo coletivo de articulação do sentido. Em continuação, será feita a análise dos episódios selecionados das duas obras literárias acima referidas. O estudo não será focado na qualidade estética ou literária das obras, pois o que aqui interessa é estudar o modo como estas produções discursivas específicas, resultantes de contextos sociohistóricos particulares, tematizam o mar e a viagem marítima, contribuindo assim para a mitificação do "Nós" português. Porém, a análise não será feita a partir de uma perspetiva semiótico-literária (Fontanille, 1991), mas sim da perspetiva da semiótica social e da cultura, nos termos apresentados nesta introdução e na secção seguinte.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE NACIONAL

Baseada numa premissa construtivista, interessada em como a realidade social é construída intersubjetivamente (Berger e Luckmann, 1966; Landowski, 2014; Searle, 1995; Verón, 1988; Moreno Barreneche, 2020), a semiótica concebe as identidades não como um dado adquirido, pré-social ou essencial, mas como construções. Isto significa que não existe um conjunto de traços ou conteúdos específicos que sejam diferenciais de indivíduos ou de grupos; pelo contrário, as identidades são *ficções discursivas*, ou seja, constructos culturais na forma de articulações contingentes e complexas de narrativas, objetos, personagens, espaços, factos históricos, tradições, imaginários e discursos sociais que, entrando em relações sistémicas e partindo de um princípio de coerência, produzem o efeito de sentido de uma unidade do grupo por oposição a outros (Amante, 2011; Arfuch, 2005; Chauvel, 2005; Montoro e Moreno Barreneche, 2021). Por isso, como propõe Maria Fátima Amante (2011, p. 16), é preciso prestar "menos atenção à origem, à identificação de elementos e categorias de essencialização e mais ao processo, à relação que o seu carácter aberto impõe e à construção discursiva da identidade".

Nesta abordagem, o discurso tem um papel central. Como afirma José Carlos Almeida (2004, p. 149), "as identidades nacionais são negociadas através do discurso, em que são mobilizados repertórios de símbolos, discursos e significados adequados às novas necessidades ou experiências históricas". É por isso que Lopes (2015, p. 15) propõe que é "nas diversas práticas discursivas que o sentido da identidade nacional […] se deve procurar". É precisamente esse o interesse teórico da semiótica social e cultural: com um foco no discurso, nas práticas e nas interações: perceber como funciona o sentido no campo social. Embora o discurso, as práticas e as interações sejam tratados pela semiótica como textos (em sentido amplo), as produções textuais em sentido estrito, como as obras da literatura, também contribuem para o funcionamento do sentido na esfera sociocultural.

Esta abordagem teórica é especialmente relevante no caso das identidades coletivas, isto é, aquelas que são atribuídas a grupos. De entre essas, um dos tipos mais estudados nas ciências sociais é o das identidades nacionais (Almeida, 2017; Amante, 2011; Anderson, 1983; Billig, 1995; Cunha, 2006, 2011; Cillia, Reisigl e Wodak, 1999). Neste tipo particular de identidade coletiva, o objeto de referência que possibilita o surgimento do sentido de pertença compartida coincide geralmente com um Estado-nação específico: como propõe Onésimo Teotónio Almeida (2017, p. 60), parafraseando Eduardo Lourenço, "a única coisa que une os portugueses é Portugal". Embora sejam constructos discursivos, as identidades nacionais desempenham um papel central na atribuição

de sentido que os indivíduos fazem da realidade social em termos da pertença geográfica e cultural, uma pertença que, no mundo atual, se articula na forma de países, Estados, cidadanias e passaportes.[3]

Apesar de serem artefactos culturais, com o passar do tempo as identidades costumam ser concebidas e tratadas como se fossem algo natural, isto é, como se estivessem ancoradas na biologia, na fisionomia, na língua, etc., e consideradas como essências distintivas dos grupos (Appiah, 2018).[4] Almeida (2004, p. 154) argumenta que "na época moderna, o nacionalismo normalmente encara-se a si próprio como se fosse natural, como se os nacionalistas estivessem a restaurar algo que existiu ao longo da história e baseado em algo imemorial e real que *nos* distingue a *nós*, *deles*, os *outros*". A partir de uma referência à memória coletiva (Assmann, 1999; Candau, 1998; Lotman, 1998; Ricoeur, 2003; Violi, 2014), que implica não só a recuperação do passado do grupo, mas também a sua construção e manipulação por meio de textos, discursos e práticas (Amante, 2011; Almeida, 2004; Hobsbawm e Ranger, 1983), a ideia de uma identidade nacional distintiva dos indivíduos que com ela se identificam ganha força como instrumento cognitivo e afetivo, que permite ao indivíduo dar sentido ao facto de ter nascido num determinado país (ou ser filho de um pai e/ou de uma mãe com essa nacionalidade).

Esse instrumento cognitivo e afetivo é o resultado de um processo de construção discursiva que se desenvolve ao longo da história. Por isso, como assinala Luís Cunha (2011, p. 119), ao estudar as identidades nacionais não se deve esquecer "que lidamos com uma matéria dúctil mas que transporta consigo um pesado lastro, o das narrativas densas que foram sendo incorporadas em várias camadas da sociedade, desde o discurso político ao uso popular". No estudo das identidades nacionais como artefactos discursivos, é importante fazer uma análise das narrativas e dos imaginários sociais dominantes ligados a elas, tal como se pretende fazer neste artigo.

3 No mesmo sentido da proposta desde artigo, Almeida (2004, p. 162) propõe que "a cidadania, definindo um conjunto de direitos e deveres específicos a uma população, estabelece uma fronteira entre *nós* e os *outros*, excluindo os *outros* com base na nacionalidade, pelo que a homogeneidade nacional tem feito parte de muitos projetos nacionalistas". Essa homogeneidade nacional é claramente visível no caso da "portugalidade", no sentido de uma "portuguesidade" carregada ideologicamente, utópica, nacionalista e colonialista (Sousa, 2017a).

4 Durante o período ultranacionalista do Estado Novo, esses discursos essencializadores foram fomentados como forma de tocar a fibra da população a partir da exaltação da nação ou da alma portuguesa. A referência ao glorioso passado da época dourada dos Descobrimentos foi parte dessa estratégia discursiva (Sousa e Martins, 2013; Sousa, 2017a, 2017b). Assim, a "portuguesidade" funcionou como base para a construção discursiva do debatido e criticado conceito de "portugalidade".

Embora as identidades nacionais tenham um evidente caráter *ficcional*, parece indiscutível que estejam na base do modo como os indivíduos atribuem sentido à sua experiência social (Moreno Barreneche, 2019). Por essa razão, são de interesse para as ciências sociais: como propõe Almeida (2017, p. 40), essas "convicções existem e as ciências sociais deverão levá-las ao laboratório, radiografá-las, fazer electrocardiogramas, observá-las ao microscópio e identificar-lhes o real e o imaginário (não esquecendo que o imaginário é também real)". Seguindo Manuel Cabral (2003, p. 529), é interessante ver como "algo de conteúdo afinal tão imaginário e tão pobre pode, de facto, produzir efeitos tão reais e tão relevantes para uma comunidade". Em resumo, as identidades mediam a atribuição do sentido que os indivíduos fazem do seu entorno.

Contudo, as identidades nacionais não são puramente ficcionais, já que costumam estar ancoradas em factos históricos e/ou geográficos objetivos (Searle, 1995), que servem como fonte para a construção discursiva no plano simbólico-cultural (Montoro e Moreno Barreneche, 2021). Para João (2015, p. 127), "se a identidade nacional é, afinal, uma invenção e uma reinvenção de nós como povo […] ela não se constrói no vazio, e precisa da conjugação de fatores objetivos em que se possa fundar e desenvolver". No caso português, diversos aspetos têm sido referidos como fontes da identidade nacional, desde características vinculadas, como a língua, o território e a posição geográfica, até um tipo de psicologia ou mentalidade particular, a identificação com a Europa – ou o distanciamento – ou a relação com a paisagem (Almeida, 2004; Amante, 2011; Cabral, 2003; Gil, 2004; Lopes, 2015; Lourenço, 2000; Mattoso, 1998; Miranda, 2006; Monteiro e Pinto, 2011; Real, 2010, 2017; Ribeiro, 2018; Sobral, 2012).

Em relação ao território e à paisagem, João (2015, p. 128) escreve que "tem sido aceite que foi o desenvolvimento da faixa litoral que possibilitou a afirmação de uma individualidade política autónoma, no contexto peninsular" e, com ela, da relação histórica com o mar, "por causa da geografia e da história, mas, sobretudo, devido à ideia que se forjou de nós como povo que rasgou horizontes e descobriu novos mundos" (João, 2015, p. 144). É assim que, no processo de construção discursiva da identidade nacional portuguesa, a geografia e, com ela, a viagem – especificamente, a viagem marítima – têm sido de central importância. Como argumenta João (2015, p. 121), foi no mar que "o país abriu os seus horizontes e rasgou os do mundo conhecido, confrontou-se com realidades diferentes, relacionou-se com outros povos e culturas". Neste sentido, o mar e a viagem marítima têm funcionado na semiosfera portuguesa como um espaço e uma prática fortemente ligados, nos quais se tem feito uma projeção semiótico-discursiva e narrativa da identidade nacional.

Como factos históricos, as viagens marítimas estão na base da época "gloriosa" ou "dourada" que, posteriormente, permitiu identificar signos de decadência para os diagnósticos pessimistas sobre o estado do "modo de ser português" numa sucessão de períodos históricos na contemporaneidade (Moreno Barreneche, 2023). Como propõe Lopes (2015, p. 12), é fundamental "abordar de que modo estas novas viagens e a sua narração se encontram no perfil da autoimagem e das representações identitárias dos portugueses". Estudar os usos discursivos do mar na construção da identidade nacional portuguesa trata-se, portanto, de estudar com particular atenção a viagem marítima como "um elemento constitutivo e referencial, e por isso, incontornável da cultura portuguesa" (Lopes, 2015, p. 7), que deixa em evidência como o passado armazenado na memória coletiva tem um papel de mediação central na articulação discursiva da resposta à pergunta "quem somos?"

As viagens marítimas foram possibilitadas pela existência do mar como espaço geográfico que, a partir das possibilidades que oferece, tem sido utilizado simbolicamente e feito *leitmotiv* e *tropos* da criação cultural portuguesa. Para Lopes (2015, p. 13), "o mar irá permitir a criação de uma narrativa e uma retórica fundadas na viagem, entendida como reconhecimento, descoberta, apropriação, confronto ou de outras formas de encontro com o Outro num espaço desconhecido". De maneira similar, para Jorge Dias, "a força atrativa do Atlântico […] foi a alma da Nação e foi com ele que se escreveu a História de Portugal" (citado por Cabral, 2003, p. 523). Como resultado, Almeida (2004, p. 160) acredita que "parece natural […] que características do Portugal moderno não capturem tanto consenso nacional como a *era de ouro* do passado e as características relacionadas com memória, história nacional e tradição".

Nesse contexto, os chamados Descobrimentos de época moderna desempenham um papel central, já que, como afirma Eduardo Lourenço (2000), a identidade portuguesa se forjou e exaltou precisamente com eles, o que tem conduzido ao surgimento de uma "mitologia cultural, miticamente épica, parada na idade de ouro a que Vasco da Gama e Camões conferiram os seus títulos de nobreza" (Lourenço, 2000, p. 11). Mitologia que, no século XX, será utilizada em termos nacionalistas e colonialistas pela ditadura de António de Oliveira Salazar, com o intento de reificar a "portuguesidade" como forma distintiva de superioridade civilizatória, isto é, como "portugalidade".

A identidade nacional é, então, construída por meio de uma complexa articulação de discursos e narrativas que podem ser de diversos tipos, alguns deles oficiais e vinculados a instâncias protocolares do Estado, outros quotidianos e até "banais" (Billig, 1995; Edensor, 2002). A produção literária de um povo é uma das atividades que, historicamente, tem contribuído para a construção

de imaginários sobre a identidade nacional, não só em termos da seleção dos autores que fazem parte do cânone da literatura nacional, mas também dos conteúdos que essa literatura dita "nacional" apresenta. Como argumenta Roberto Bittencourt (2015, p. 418), há uma "relação biunívoca que a Literatura mantém com o imaginário de um povo através dos motivos literários que muitas vezes estão entre os grandes ícones por meio dos quais uma nação se autorrepresenta".

Mediante a referência ao facto histórico-objetivo das viagens que caracterizaram a "época dourada", *Os Lusíadas* e *Mensagem* são duas obras que fomentam o imaginário de uma comunidade imaginada distintivamente portuguesa (Anderson, 1983), porque tematizam o mar e a viagem marítima e carregam-nos de valor simbólico, através do uso de conotações e valorizações que carregam o "Nós" português de heroísmo. Neste sentido, estas duas obras literárias não só representam uma realidade histórica, mas também a constroem. Assim, quando um estudante português acede as estas duas obras no ensino básico e secundário, recebe uma certa imagem da identidade nacional portuguesa, mediada pela construção discursiva e narrativa feita por Camões e por Pessoa.

Para Ana Cristina Gil (2015, p. 16), "considerar a literatura apenas como *documento* e *monumento* da nação é negar os seus efeitos performativos, ou seja, é amputá-la do seu poder demiúrgico de contribuir também para a construção da identidade nacional, na qual tem um papel ativo". *Os Lusíadas* e *Mensagem* são um claro reflexo deste princípio. Para Gil (2015, p. 13), a literatura "não se limita a ser um mero espelho da realidade, mas constrói ela própria também modelos identitários que perpassam para o mundo extraliterário, instituindo-se enquanto parte da memória nacional". A análise apresentada em seguida demonstra como tal construção de modelos identitários está presente nas duas obras literárias em questão.

As identidades são um fenómeno discursivo complexo que, por serem efeitos de sentido negociados intersubjetivamente, podem tornar-se, como propõe Cunha (2011, p. 15), "espaço de disputa, lugar de confronto e diferenciação", um espaço "atravessado por uma vontade de consenso que facilita a projeção de visões hegemónicas acerca de identidade dos grupos, suas práticas e valores culturais". Nesse processo de construção – que é um processo de natureza semiótico-discursiva e narrativa, em que um discurso ficcional construído culturalmente através da história começa a ser percebido como um facto social, natural, objetivo e essencial –, a literatura, junto com outras atividades socioculturais, tem um papel fundamental, já que, para Gil (2015, p. 16), "materializa a memória da nação, como o fazem os monumentos, a toponímia, a paisagem (castelos, fortalezas, urbanismo)". Assim, "literatura e identidade

nacional estabelecem entre si não uma relação de subsidiariedade, mas uma relação dialética: cada uma delas reclama a outra na sua autodefinição" (Gil, 2015, p. 17). É por isso que o estudo da literatura dita "nacional" é fundamental para rastrear os modelos identitários de um grupo.

CORPUS DE ANÁLISE E METODOLOGIA

São diversos os produtos culturais e os discursos sociais que têm por objeto o mar, a viagem e a relação dos portugueses com esses dois elementos (João, 2015). Com o objetivo de estudar o papel do mar e da viagem na construção discursiva do "Nós" associado ao povo português, este artigo apoia-se no estudo de duas obras literárias fundamentais na história cultural portuguesa: *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, e *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Trata-se de duas obras hoje consideradas clássicas e sem dúvida parte do cânone da literatura portuguesa, que se incluem, junto com tantas outras, nos programas oficiais do ensino em Portugal, por serem uma referência constitutiva da literatura dita "nacional" do país.[5] O facto de estas obras serem parte constitutiva do currículo obrigatório nos cursos de língua portuguesa possibilita visualizar o modo como têm sido colocadas no núcleo semiótico da semiosfera portuguesa (Lotman, 1996) como duas obras fortemente ligadas à fibra da identidade nacional. Contudo, o mecanismo produtivo identificado em seguida pode ser visualizado também no caso de outras obras culturais (poesia, narrativa, pintura, ensaio). Estudá-las seria fundamental para a validação da hipótese apresentada nestas páginas.

Os Lusíadas é uma epopeia renascentista que constitui uma obra fundacional da cultura e da identidade portuguesas, precisamente devido à recuperação que o autor, Luís Vaz de Camões, faz tanto dos factos históricos ligados às viagens marítimas dos portugueses como da história medieval do país. Como afirma Gil (2015, p. 16), "já no Renascimento, a épica camoniana fortalece […] o nacionalismo português, não só através da retrospectiva sobre a história nacional, sobretudo os momentos mais gloriosos, mas também fazendo a apoteose dos Descobrimentos, aventura que marca na sua essência o ser português e que se torna traço distintivo da identidade pátria". Trata-se, portanto, de um caso em que a literatura modeliza a identidade nacional através de uma construção narrativa específica, apoiada numa variedade de estratégias semióticas.

Publicada em 1572, durante o "século de ouro" português (Matos, 2016), a epopeia estrutura-se em dez cantos, nos quais se misturam permanentemente

5 Cf. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/programa_metas_curriculares_portugues_secundario.pdf.

os planos da viagem de Vasco da Gama e sua armada, o da história de Portugal, o mitológico (dos deuses romanos) e o dos comentários do poeta-enunciador.[6] O nome que Camões deu à epopeia deixa adivinhar uma certa intencionalidade de que a obra se torne parte do acervo cultural e imaginário dos portugueses enquanto povo nacional. Este é um feito que explica como a imagem de Camões será utilizada posteriormente – nomeadamente, pelos republicanos e pelo regime de Salazar – para apoiar os seus interesses de construção de nação (Cunha, 2012; Sena, 1977).

N'*Os Lusíadas*, o mar e a viagem constituem dois elementos centrais, porque possibilitam a aventura e, com ela, a narrativa. É no mar que se articula o binómio "coberto/descoberto", que é central na construção da trama em termos discursivos e narrativos. Como propõe Luiza Felizi (2016, p. 168), na estância 19 do canto I "o Oceano se mostra *coberto* para que as naus, com suas proas, o *descubram* afastando a *branca espuma*, que se aparta como uma cortina que se abre dando início a um espetáculo". Para Silvina Lopes (2011, p. 11), a época das viagens marítimas supõe uma "oposição entre o conhecido e o desconhecido", uma premissa claramente visível na construção narrativa da epopeia de Camões.

A segunda obra a ser estudada é a *Mensagem*, livro de poemas que Fernando Pessoa publicou em 1934. Especificamente, interessa aqui a segunda parte das três em que a obra se divide, intitulada "Mar Português". Esta é composta por doze poemas e tem por epígrafe a frase latina "*possesio maris*", uma referência clara ao mar e à sua posse. À diferença do que acontece n'*Os Lusíadas*, o objetivo poético da *Mensagem* parece ser outro: como propõe Lopes (2011, p. 11), o pensamento subjacente ao conjunto de poemas de Pessoa é a "desconstrução da portugalidade, isto é, um trazer ao entendimento o facto de, não havendo características genéticas dos povos, aquilo que os portugueses (que, necessariamente, não são únicos), partilham como cultura nasce da capacidade de saírem de si, de irem ao encontro do desconhecido, o estrangeiro". Esse objetivo poético de desconstrução está alinhado com a perspetiva semiótica apresentada na secção anterior: a identidade nacional constrói-se e, por isso, pode também ser criticada e desconstruída.

A estrutura geral da *Mensagem* tem sido interpretada pela crítica como uma sequência de nascimento, grandeza e declínio do povo português: se a primeira parte, titulada "Brasão", se refere ao nascimento de Portugal como nação, a segunda, "Mar portuguez", refere-se à época de esplendor, na qual o

6 A categoria de "poeta-enunciador" não se refere ao autor (Camões), mas ao dispositivo textual identificável no texto, que cria uma ficção do poeta e que comenta os episódios narrados na epopeia.

tão sonhado império é realizado. Finalmente, "O Encoberto" apresenta a decadência de Portugal após a época dourada, assim como a possibilidade de uma nova ascensão. Para Lopes (2011, p. 25), nesta obra o mar "torna-se a figuração do que permite a saída da rigidez da forma, o seu abrir-se ao infinito".

Nas duas obras, as viagens marítimas – que são factos históricos objetivos – são tomadas como matéria para um trabalho de construção e de desconstrução, respetivamente, da identidade nacional portuguesa. Além disso, nelas é possível identificar facilmente a identidade nacional como unidade de conteúdo central na base da articulação textual. Na primeira, o protagonista da história é o povo português, representado na figura dos navegantes e, especialmente, de Vasco da Gama, que é o narrador "oficial" da história de Portugal. Em *Mensagem*, a referência ao mar e à história de Portugal a ele associada é evidente, em particular na sua segunda parte, "Mar portuguez".

Antes de proceder à análise, é necessário apresentar a metodologia que será utilizada. Um dos princípios básicos da semiótica é o de que a significação se articula em dois planos: o do conteúdo e o da expressão. A união de elementos destes planos é o que se denomina "*semiose*" (Eco, 1976; Hénault, 2012; Hjelmslev, 1943). Ao estudar a construção discursiva de identidades coletivas, será importante prestar atenção à produção, circulação e consumo de discursos sociais (Verón, 1988), com especial interesse pelos procedimentos semióticos utilizados na criação de identidades coletivas no discurso através dos mecanismos de actorialização, generalização, axiologização e figurativização.

A actorialização é um mecanismo que consiste na criação de atores no discurso. No caso da identidade nacional portuguesa, o que interessa é analisar como é que o sujeito é construído em termos de um "Nós, os portugueses", assim como a apresentação do seu programa narrativo ligado à conquista do mar através da viagem. A generalização é o processo semiótico de homogeneização, em que todos os indivíduos ligados a uma identidade coletiva – o "Nós, os portugueses" – são igualados no discurso, como forma de dar existência semiótica à identidade coletiva em questão. A axiologização é um processo de valorização das unidades semânticas envolvidas no discurso, que pode ser positiva – eufórica – ou negativa – disfórica. Por norma, o herói de uma história será axiologizado euforicamente, enquanto o oponente será axiologizado disforicamente como recurso para a exaltação do heroísmo do sujeito. Por fim, a figurativização consiste em caracterizar as identidades coletivas criadas no discurso através de aspetos figurativos, isto é, que sejam reconhecíveis graças à sua semelhança com elementos do mundo natural (Moreno Barreneche, 2020b).

A partir do estudo de determinadas passagens e episódios das duas obras selecionadas – articulações do plano da expressão –, na secção seguinte intentar-se-á identificar as unidades subjacentes no plano do conteúdo, com

especial foco na conceção do "Nós" português que é evidenciada na esfera da enunciação. Em particular, será de grande interesse estudar a atribuição de significado simbólico a determinados significantes, mesmo que seja de modo inconsciente (Eco, 1964). Neste sentido, a centralidade do mar e da viagem nos discursos ligados à identidade nacional portuguesa não tem nada de necessário, mas é simplesmente uma ligação histórica e contingente, que poderia não ter acontecido.

O MAR E A VIAGEM MARÍTIMA N'*OS LUSÍADAS* E EM *MENSAGEM*

Tanto n'*Os Lusíadas* como na *Mensagem,* as referências ao mar e à viagem marítima são abundantes. Para ordenar o estudo, estas referências serão organizadas seguindo a função que o mar – e a viagem – desempenha na construção discursiva do "Nós" português em termos heroicos, contribuindo assim para a sua mitificação através da conquista deste espaço. Estas funções do mar são: como fonte de perigo, de coragem, de sacrifício e de consagração/reconhecimento.

O MAR COMO FONTE DE PERIGO

Alguns episódios específicos das duas obras que aqui interessam permitem visualizar como o mar tem sido utilizado enquanto espaço para a obtenção de recursos que servem para construir a ideia de perigo e, com ela, da heroicidade do protagonista, após o perigo ter sido dominado e controlado.

N'*Os Lusíadas,* um claro exemplo deste mecanismo narrativo encontra-se nos episódios da tromba marítima e do fogo de Santelmo, referenciados por Vasco da Gama no seu relato ao Rei de Melinde (canto v, est. 16-22). Na estância 16, Vasco da Gama apresenta uma enumeração das "perigosas cousas do mar", tais como "súbitas trovoadas temerosas", "relâmpagos que o ar em fogo acendem", "negros chuveiros", "noites tenebrosas" e "bramidos de trovões, que o mundo fendem". Nesta enumeração, atravessada pela repetição – em termos semióticos, a *isotopia* – dos valores semânticos de perigo/ameaça, há um trabalho discursivo de construção do mar como um espaço que representa um desafio, que só poderá ser enfrentado com coragem, uma das características arquetípicas atribuídas aos heróis (Goethals e Allison, 2012). No conjunto dos perigos das "cousas do mar", a referência ao fogo de Santelmo – "o lume vivo que a marítima gente tem por santo" – e à tromba marítima – "a grande coluna" – merecem especial atenção, já que estes são apresentados como fenómenos puramente naturais, isto é, não mitológicos ou maravilhosos. Na *Mensagem*, Pessoa também faz uma referência específica ao mar como um espaço

perigoso, no poema "Mar portuguez", em que escreve que "Deus ao mar o perigo e o abismo deu,/ Mas nele é que espelhou o céu".

Especialmente relevante para o estudo do mar enquanto espaço de obtenção de recursos semióticos para a construção do perigo é a figura do Adamastor, com quem os navegantes d'*Os Lusíadas* se encontram inesperadamente (canto V, est. 37-60) e que Pessoa também retomará, como objeto do poema "O mostrengo". Ao longo do tempo, esta personagem tem ganhado uma posição interessante nos imaginários sociais associados à identidade nacional portuguesa, nos quais se tem constituído como uma figura com um valor *icónico*.[7] Segundo José Augusto Cardoso Bernardes (2011),

> para além da repercussão literária que viria a obter, a figura do Adamastor haveria ainda de transformar-se num tópico cultural, representando os obstáculos sobre-humanos e os medos arquetipais com que o homem (nauta de qualquer época) tem de se confrontar na conquista dos seus desígnios.

O Adamastor é uma personagem que, embora criada por Camões, será retomada em *Mensagem*, de Fernando Pessoa, e no romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984), de José Saramago. Essas intertextualidades permitem entrever o caráter mitológico da figura do Adamastor em termos de uma simbolização inconsciente (Eco, 1964). De que modo é que a figura do Adamastor foi construída por Camões na epopeia? Quais são os recursos semióticos utilizados para expressar o conteúdo "perigo", necessário para a constituição do "Nós" português num herói?

No seu artigo intitulado "Construir o inimigo", Umberto Eco (2011) estuda como a figura do inimigo é construída através de recursos semióticos, discursos e imaginários sociais com certas conotações e associações. Eco (2011, p. 12) afirma que "ter um inimigo é importante, não apenas para definir a nossa identidade, mas também para arranjarmos um obstáculo em relação ao qual seja medido o nosso sistema de valores, e para mostrar, no afrontá-lo, o nosso valor". Neste sentido, Maria Elena Maia (2003, p. 107) acredita que a ultrapassagem do obstáculo representado pelo Adamastor significa uma "valorização do homem português inserido na ideologia imperialista das grandes conquistas, obsessão do povo português espremido entre o seu concorrente

7 A título de exemplo, uma estátua do Adamastor foi erguida em 1927 em Lisboa, no Miradouro de Santa Catarina. Portanto, esse tornou-se mais um elemento dentro do sistema semiótico composto pelas estátuas lisboetas, do qual também fazem parte Luís Vaz de Camões (representado numa estátua no Largo de Camões, no Chiado) e Fernando Pessoa (cuja estátua se pode encontrar na porta do café A Brasileira, também no Chiado). Ver Sapega (2021, p. 26).

peninsular e o mar, único caminho por onde poderia se expandir". A conclusão de Eco (2011) é que "quando o inimigo não existe, há que construí-lo".

Além da identificação de um inimigo que possa ser perigoso para o "Nós", para a semiótica são de especial interesse os processos semiótico-discursivos através dos quais o inimigo "ganha vida". Eco (2011, p. 15) escreve que

> o inimigo deve ser feio, porque se identifica o belo com o bom (*kalokagathia*), e um dos caracteres fundamentais da beleza foi sempre aquele a que a Idade Média chamará depois *integritas* (isto é, o ter tudo quanto é requerido para ser um representante médio daquela espécie, pelo que, entre os humanos, serão feios aqueles a quem faltar um membro, um olho, os que tenham uma estatura inferior à média ou uma cor "desumana").

O trabalho de construção discursiva do Adamastor n'*Os Lusíadas* exemplifica muito bem as considerações do semiólogo italiano sobre a construção do inimigo. Inicialmente, a personagem aparece como "uma nuvem que os ares escurece", que "tão temerosa vinha e carregada, que pôs nos corações um grande medo". A partir daqui, a caracterização dessa nuvem, que rapidamente se transformará no Adamastor, está carregada de imagens e descrições que apresentam esta figura como localizada *por fora* do "Nós". Uma forma eficaz, em termos semióticos, para atingir esse efeito de sentido é recorrer à figura do *monstro*, uma categoria cognitiva conhecida pelo leitor a partir da sua competência enciclopédica e, ainda mais, associada a conotações e emoções específicas, codificadas na cultura, que contribuem para a construção da ideia de perigo. O mesmo acontecerá no poema "O mostrengo", em que Pessoa contextualiza o aparecimento do monstro na "noite de breu", diz que esse "ergueu-se a voar", que "a roda da nau voou […] a chiar" e que é "imundo e grosso".

No início do episódio d'*Os Lusí*adas, Adamastor, de quem ainda o leitor não conhece o nome, aparece só como "uma figura", que é "robusta e válida" e de "disforme e grandíssima estatura". A figura mostra-se "no ar", uma localização que contribui para criar o clima de temor necessário para a apresentação do inimigo na trama, mas também para a sua construção semiótico-discursiva. Mas rapidamente surgem referências antropomórficas, tais como "o rosto carregado", "a barba esquálida", "os olhos encovados", "a postura medonha e má", "a cor terrena e pálida", "cheios de terra e crespos os cabelos", "a boca negra" e "os dentes amarelos". Assim, a figura desconhecida e assustadora é percebida por Vasco da Gama – e construída discursivamente – como uma figura semelhante ao homem. Porém, os traços humanos estão acompanhados por adjetivos que permitem visualizar uma axiologização disfórica (uma valorização negativa) da figura que aparece ante os olhos de Vasco da Gama,

que parece não poder identificar a categoria à qual ela pertence, recorrendo à descrição visual para tentar fazer sentido da aparição.[8]

Se a figura que aparece já é, por si, temerosa, o processo de construção do inimigo continua com a apresentação da sua voz e dos efeitos que esta produz nos marinheiros: "C'um tom de voz nos fala, horrendo e grosso, / Que pareceu sair do mar profundo". Como seria previsível, a reação do "Nós" é a seguinte: "Arrepiam-se as carnes e o cabelo / A mi, e a todos, só de ouvi-lo e vê-lo". Nestes dois últimos versos da estância 40, a confirmação do medo a partir da subjetividade de quem está a contar a história confirma o aparato semiótico-discursivo utilizado para apresentar a figura como um monstro e, portanto, como um inimigo, um perigo e uma ameaça: agora, além da descrição física da personagem, entram em jogo os efeitos passionais que ela produz no enunciador. Como argumenta Bernardes (2011), "a aparição do gigante constitui […] um fator de surpresa, induzindo nos nautas uma espécie de medo instintivo". Em termos semióticos, tudo o que no texto aparece como referência ao Adamastor está marcado por uma axiologização disfórica, que permite estabelecer uma distinção entre o "Nós" e o "isso que aparece inesperadamente", que tem forma e voz humanas.

Na estância 41 do mesmo canto, a figura começa a falar. Aqui, os recursos semióticos mudam de plano e já não estão baseados nas perceções físicas e subjetivas de Vasco da Gama, mas no conteúdo do que esta figura dirá. Em relação à estrutura do discurso do Adamastor, podem distinguir-se duas etapas (Bernardes, 2011): uma primeira, em que o gigante é assumido como oponente à viagem, a partir das ameaças e profecias que faz, e uma segunda, mais introspetiva e de caráter lírico (e já não épico), que se sucede à pergunta de Vasco da Gama relativa à identidade da figura: "Quem és tu?" (canto V, est. 49), uma pergunta humanizante que é, ao mesmo tempo, "desnudante" (Bernardes, 2011) e que produz uma mudança na atitude da personagem.

De uma perspetiva semiótica, dá-se uma *inversão* do valor do Adamastor: de ser uma figurativização, no discurso, dos valores perigo/ameaça/mal, passa a representar os valores de sofrimento/amor/bem, já que foi capaz de sofrer a causa do amor e do desengano. É precisamente o amor que leva a que o gigante seja percebido por Vasco da Gama já não como um inimigo, mas

8 Vasco da Gama compara-o ao Colosso de Rodes, como forma de dar sentido a essa figura inesperada, da qual destaca o tamanho: "tão grande era de membros, que bem posso/ Certificar-te que este era o segundo/ De Rodes estranhíssimo colosso,/ que um dos sete milagres foi do mundo". Como assinala Eco (2011), o tamanho gigantesco é um recurso utilizado frequentemente na construção do inimigo, precisamente por se afastar da ideia da *kalokagathia*.

como uma alma que sofre. De facto, a sensibilidade e a humanidade desta personagem ficam manifestas no momento da sua desaparição: "c'um medonho choro,/ Súbito d'ante os olhos se apartou;/ Desfez-se a nuvem negra, e c'um sonoro/ Bramido muito longe o mar soou" (canto v, est. 60).

Para Bernardes (2011), "a circunstância de o gigante se assumir como obstáculo à prossecução da viagem (a caminho do Amor e do Conhecimento) não pode dissociar-se do facto de ele ser, sobretudo, um desenganado amoroso". Assim, na epopeia de Camões, o Adamastor aparece como um obstáculo à viagem dos marinheiros e, com eles, ao "Nós" português. A mesma premissa está na base do poema "O mostrengo", de Pessoa, em que o "homem do leme" aparece como representante individualizado e metonímico desse "Nós". Mas no episódio d'*Os Lusíadas* há uma inversão do valor atribuído à figura do Adamastor, que, mediante a sua identificação com valores e princípios compartidos com o "Nós" – tais como o amor, a luta por aquilo que se deseja fervorosamente e a capacidade de sofrer – conduz a que o monstro ganhe um valor *eufórico* e associações positivas nos discursos e imaginários que constituem a identidade nacional portuguesa, que estão na base da sua mitificação. Isto não acontece no poema de Pessoa: aí, o mostrengo aparece e desaparece como um inimigo ou impedimento para o "Nós".

Que associações são essas? Para Maia (2003, p. 11), o Adamastor representa "o limite do mundo conhecido, passar além do Cabo das Tormentas significa desmistificar todas as superstições, ampliar o espaço físico do mundo europeu". Pela sua parte, Yara Vieira (1987, p. 33) propõe que "o Adamastor é uma figura condensada do desconhecido, do caótico e do indomável – quer pensemos em termos do desconhecido, do caótico e do indomável – quer pensemos em termos do desconhecido geográfico, do Outro, do futuro ou das pulsões amorosas". É assim que, duplamente, primeiro em termos disfóricos e depois eufóricos, o episódio do Adamastor n'*Os Lusíadas* demonstra como o mar é um espaço que tem oferecido recursos semióticos para a construção do efeito de sentido do perigo, condição necessária para a construção do "Nós" em termos heroicos. No poema "O mostrengo", isto é também visível na estrutura adversativa e dialógica, que acaba com a revelação do "Nós" português num ato de coragem do "homem do leme" que, a partir dessa confrontação, também poderá atingir o seu estatuto de herói precisamente por ter enfrentado o perigo simbolizado pelo mostrengo.

Em resumo, o mar como espaço e a viagem marítima como prática ligada a esse espaço são utilizados pelos dois poetas como fontes para a criação da unidade semântica do perigo no discurso, como forma de ressaltar as virtudes heroicas do "Nós" português, em particular a coragem.

O MAR COMO FONTE DE CORAGEM

Que o mar seja um espaço perigoso implica que o "Nós" português tem de ter coragem para se aventurar nele. Perigo e coragem são, então, dois valores semióticos intrinsecamente relacionados: o primeiro possibilita a construção semiótico-discursiva do segundo. Na primeira estância do canto I d'*Os Lusíadas* fica logo clara a axiologia subjacente à visão do mundo do poeta-enunciador, na representação dos factos a serem contados:

> "As armas e os Barões assinalados
> Que da ocidental praia Lusitana
> Por mares nunca de antes navegados
> Passaram ainda além da Taprobana,
> Em perigos e guerras esforçados
> Mais do que prometia a força humana,
> E entre gente remota edificaram
> Novo Reino, que tanto sublimaram;"

Nesta estância, o mar é apresentado como um espaço desconhecido e, até esse momento e na visão do mundo do poeta-enunciador, ainda não navegado por ninguém. Portanto, fazê-lo implica coragem, concretamente ao vencerem os próprios medos e atreverem-se a entrar num espaço ainda por conhecer, que pode estar cheio de perigos e desafios. Assim, no momento da partida das naus de Lisboa (canto IV, est. 87), Vasco da Gama confessa:

> "Certifico-te, ó Rei, que, se contemplo
> Como fui destas praias apartado,
> Cheio dentro de dúvida e receio,
> Que apenas nos meus olhos ponho o freio."

Partir mesmo "cheio dentro de dúvida e receio", juntamente com a imagem do último verso, articula no plano da expressão o aspeto da coragem, fazendo de Vasco da Gama – e, por extensão, da sua armada e também do "Nós" português – uma personagem virtuosa e heroica. No poema "Padrão", Pessoa também expressa a ideia de coragem através da figura de Diogo Cão:

> "O esforço é grande e o homem é pequeno.
> Eu, Diogo Cão, navegador, deixei
> Este padrão ao pé do areal moreno
> E para diante naveguei."

[…]

"E ao imenso e possível oceano
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,
Que o mar com fim será grego ou romano:
O mar sem fim é português."

A personagem histórica é utilizada para construir a ideia de que a coragem, na ação de "navegar para diante", é necessária para atingir o objetivo civilizatório desejado: que o mar sem fim seja do povo português. Além disso, a distinção entre um "mar com fim" e um mar "sem fim" tem a função de exaltar quem tiver a posse do segundo, num dispositivo semiótico-discursivo que serve para veicular a ideia de que o "Nós" português tem feito coisas muito mais meritórias do que as personagens gregas e romanas do período clássico, que só navegaram o mar Mediterrâneo. Neste sentido, os traços diferenciais, em termos geográficos, do Mediterrâneo – mar, limitado, com fim – e do Atlântico – oceano, ilimitado, sem fim – são utilizados como apoio na construção discursiva subjacente à estratégia retórica de exaltação da coragem do "Nós" português, já que foi o primeiro povo a fazer coisas que ninguém tinha feito.

O MAR COMO FONTE DE SACRIFÍCIO

Nas duas obras, o mar é apresentado também como um espaço que produz sofrimento e sacrifício. A primeira das duas estâncias do poema "Mar portuguez", da *Mensagem*, é a seguinte:

"Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!"

Nestes versos, a referência à ideia do sacrifício é evidente: trata-se de um sacrifício de quem parte, mas também de quem fica. Assim, a ideia do sofrimento não só está presente na imagem do mar feito de lágrimas – lágrimas que provêm de um Portugal personificado –, mas também na referência às famílias dos marinheiros: as categorias coletivas "mães", "filhos" e "noivas" são utilizadas como recursos que, ao serem postos em contraste com a conquista do mar – eles sofrem "por te cruzarmos" e "para que fosses nosso" –, produzem o sentido de o mar ser a causa do sofrimento de quem fica e do sacrifício de quem

parte. Nestes versos é possível identificar, como propõe Lopes (2015, p. 11), a conceção da viagem como estando ligada a um "retrato da dor e das lágrimas da partida que dilaceram a experiência e o desafio". Assim, uma prática concreta – a viagem – ganha conotações e um valor disfóricos que habilitam a construção heroica do "Nós" e, assim, a atribuição, a essa identidade coletiva, de uma axiologia eufórica.

N'*Os Lusíadas*, o episódio da partida dos marinheiros também é construído com base na ideia do sofrimento. No canto IV, descreve-se em detalhe o momento da partida das naus do porto "da ínclita Ulisseia" (canto IV, est. 84). Na descrição, o primeiro ator coletivo mencionado é a multidão urbana, referida como "a gente da cidade", composta por diversos indivíduos que, ante a iminente partida dos marinheiros, estão "saudosos na vista e descontentes". Seguidamente, Camões utiliza uma estratégia que será também utilizada por Pessoa em "Mar portuguez", séculos mais tarde: a descrição do sofrimento de quem fica na terra (estância 89).

> "Em tão longo caminho, e duvidoso,
> Por perdidos as gentes nos julgavam,
> As mulheres c'um choro piadoso,
> Os homens com suspiros que arrancavam.
> Mães, esposas, irmãs, que o temeroso
> Amor mais desconfia, acrescentavam
> A desesperação e frio medo
> De já nos não tornar a ver tão cedo."

A referência a identidades sociais coletivas do género feminino – "mulheres", "mães", "esposas", "irmãs" – é uma forma de sublinhar o sofrimento daquelas que, na época ainda consideradas como dependentes dos homens que vão embora, apenas podem aguardar pelo regresso do filho, do marido e do irmão. As referências ao choro, ao desespero e ao medo funcionam como isotopias que contribuem para construir o mar como um espaço do imprevisível e perigoso, no qual se entra sem se saber se dele se regressará. O sofrimento de quem fica à espera está patente na estância 90, no discurso de uma mãe que vê o filho partir nas naus:

> "Qual vai dizendo: – 'Ó filho, a quem eu tinha
> Só pera refrigério e doce amparo
> Desta cansada já velhice minha,
> Que em choro acabará, penoso e amaro,
> Porque me deixas, mísera e mesquinha?

Porque de mi te vás, ó filho caro,
A fazer o funéreo encerramento
Onde sejas de peixes mantimento?' "

Na estância 91, a mesma estratégia discursiva é usada, neste caso com as palavras de uma esposa que vê o marido ir embora:

"Qual em cabelo: – 'Ó doce e amado esposo,
Sem quem não quis Amor que viver possa,
Porque is aventurar ao mar iroso
Essa vida que é minha e não é vossa?
Como, por um caminho duvidoso,
Vos esquece a afeição tão doce nossa?
Nosso amor, nosso vão contentamento,
Quereis que com as velas leve o vento?' "

Nas duas estâncias, a ideia de sofrimento é figurativizada no plano da expressão, nas imagens de um "choro", de um ficar "mísera e mesquinha", de um esquecer "a afeição tão doce nossa", mas também nas perguntas retóricas da mãe e da esposa, que não têm resposta e que, precisamente por essa razão, doem, causam sofrimento e, portanto, sacrifício. Nesses versos, o sofrimento é atribuído de maneira direta aos perigos e às incertezas representados pelo mar "iroso" e que implica um "caminho duvidoso". Aqui, o mar é mitificado como um espaço que produz tristeza.

Finalmente, Vasco da Gama diz que "a branca areia as lágrimas banhavam" (canto IV, est. 92), numa referência ao sofrimento através da imagem das lágrimas, como também se vê no "Mar portuguez" de Pessoa. É evidente, então, que o mar, na sua qualidade de espaço ainda em processo de descobrimento, produz, como propõe Lopes (2011, p. 9) o sentimento de que "quem partia levava consigo a saudade da terra e da família", isto é, o sofrimento (próprio, mas também de saber que se está a magoar quem fica) e, com ele, o sacrifício. Na estância 93 do canto IV, no momento em que os navegantes deixaram o cais, fazendo referência à dor e ao sofrimento de quem parte, Vasco da Gama diz o seguinte:

"Nós outros, sem a vista alevantarmos
Nem a mãe, nem a esposa, neste estado,
Por nos não magoarmos, ou mudarmos
Do propósito firme começado,
Determinei de assi nos embarcarmos,

Sem o despedimento costumado,
Que, posto que é de amor usança boa,
A quem se aparta, ou fica, mais magoa."

Nesta estância, a perspetiva é posta nas emoções de quem vai embora, que também sofre ao ver o sofrimento de quem fica em terra. Trata-se de um sofrimento que pode "magoar" e fazer mudar o "propósito firme começado", mas que pode ser ultrapassado com determinação. Evidentemente, estamos perante um dispositivo semiótico-discursivo que exalta a coragem dos marinheiros, já não em termos de superação dos medos do mar, mas da própria afetividade. Além disso, começa a ser visível a construção discursiva da saudade como uma característica distintiva do "Nós" português (Lourenço, 2000; Real, 2017; Moreno Barreneche, 2023).

O MAR COMO FONTE DE CONSAGRAÇÃO/RECONHECIMENTO

Por fim, o mar é utilizado como espaço que serve para a consagração do "Nós" português no sentido de um reconhecimento da sua heroicidade. N'*Os Lusíadas*, isto é visível no episódio da Ilha dos Amores (a partir do canto IX, est. 16), um dos mais estudados pela crítica literária (Aguiar e Silva, 1972, 2020; Prado Coelho, 1981; Rebelo, 2012). O episódio ocupa aproximadamente uma quinta parte da epopeia e começa quando os marinheiros portugueses estão já a voltar, entusiasmados com o regresso à pátria e com o reencontro com as famílias que deixaram no cais. Este é um retorno que traz consigo boas notícias: a descoberta da rota marítima até à Índia.

Em conformidade com o acordo que os Deuses fizeram no episódio do Consílio (canto I, est. 20-41), Vénus deseja recompensar os marinheiros através da criação de uma ilha divina, na qual estes poderão não só repousar, mas também ascender do plano terrestre a um plano superior, num episódio em que se pode reconhecer um dispositivo semiótico-discursivo para consagrar o "Nós" coletivo protagonista da narrativa. Todo o episódio da Ilha dos Amores será, portanto, uma construção semiótico-narrativa mediada pela conceição do Amor de Camões.

Neste episódio, o autor retoma o tópico latino do *locus amoenus* para construir um espaço fresco, natural, abundante, sereno, fértil e quase divino. Interessa particularmente ler o artifício criado por Vénus como uma tentativa de reconhecer o heroísmo do protagonista da narrativa, reconhecimento que terá a forma do acesso a um plano transcendental, relacionado com um tipo de conhecimento superior. Neste sentido, é importante recordar que, segundo Vítor Aguiar e Silva (1972), o episódio tem uma função específica dentro da epopeia: é um recurso fundacional para uma visão normativa em relação ao

surgimento do "novo homem" que, por conhecer a "máquina do mundo" que Tétis mostra a Vasco da Gama, terá uma missão: instaurar uma nova ordem no mundo. É neste sentido que, para Aguiar e Silva, o episódio cumpre a função de possibilitar a ascensão divina dos marinheiros portugueses de forma a cumprirem uma missão ecuménica.

Concretamente, no plano da expressão há um conjunto de recursos que figurativizam a consagração do protagonista coletivo. O primeiro é o momento em que as ninfas oferecem coroas de louros aos marinheiros (canto IX, est. 84), num gesto que é um símbolo claro do reconhecimento e que, com a utilização de coroas de "louro e de ouro e flores abundantes", remete para as tradições da Antiguidade mantendo o sentido original desse símbolo no novo contexto (Pereira, 1985). Mas especialmente relevante nessa consagração é o facto de Tétis mostrar a Vasco da Gama a "máquina do mundo". Na estância 86 do Canto IX, narra-se que:

> "Dando-lhe a entender que ali viera
> Por alta influição do imóbil fado,
> Pera lhe descobrir da unida esfera
> Da terra imensa e mar não navegado
> Os segredos, por alta profecia,
> O que esta sua nação só merecia."

No último verso da estância percebe-se que o sujeito que terá o privilégio de aceder aos segredos não é nem Vasco da Gama nem os marinheiros, mas sim "esta sua nação". Neste sentido, Jacinto do Prado Coelho (1981) vê no episódio da Ilha dos Amores uma função político-pedagógica, identificável tanto no plano alegórico do episódio – a consagração dos heróis da epopeia – como nas palavras finais do poeta, quando se dirige a quem desejar obter o mesmo prémio que os portugueses (canto IX, est. 92): para isso, será preciso um acordar metafórico "do sono do ócio ignavo,/ Que o ânimo, de livre, faz escravo".

Em síntese, n'*Os Lusíadas*, para atingir o investimento heroico característico das epopeias, o protagonista – simultaneamente individual e coletivo – tem de ultrapassar diversos obstáculos que, em função das ações levadas a cabo para a sua superação, permitirão um reconhecimento por parte do poeta-enunciador – e, com ele, do leitor – do seu caráter virtuoso e que, portanto, o torna merecedor do rótulo de "heroico".

A ideia do mar como espaço de consagração do sujeito coletivo do "Nós" português está também presente em *Mensagem*, concretamente no poema "Mar portuguez":

"Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu."

O segundo verso – "se a alma não é pequena" – é uma referência direta ao caráter imaginado do povo português como coletivo: só com força de caráter e virtude, medidas pelo tamanho da alma, é possível atingir aquilo que os marinheiros portugueses atingiram durante as viagens marítimas. Além disso, a consagração também se apresenta neste poema como consequência direta não só do sacrifício e do sofrimento – "Quem quer passar além do Bojador/ Tem que passar além da dor" – mas também do perigo – "Deus ao mar o perigo e o abismo deu".

CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi identificar n'*Os Lusíadas* e em *Mensagem* o papel dado ao mar e à viagem marítima na construção discursiva da identidade nacional portuguesa. Neste sentido, o artigo propõe uma hipótese que pode ser estudada também em outros textos do acervo cultural português que refiram o mar e as viagens, como os poemas de Miguel Torga, Sophia de Mello Breyner Andresen, Eugénio de Andrade, Ruy Belo e, particularmente, na "Ode marítima" de Álvaro de Campos (Fernando Pessoa), e também em diários de viagens como *História Trágico-marítima* e *Peregrinação* ou romances como *As Naus*, de António Lobo Antunes, em que a inversão e a ironia apoiam a glorificação dos protagonistas das viagens. Como propõe João (2015, p. 144), "a análise do tema do mar na cultura portuguesa é um assunto praticamente inesgotável".

Na medida em que toda a identidade grupal associada à geografia é uma construção discursiva, torna-se fundamental estudar como é que as identidades são o resultado de articulações discursivas que, como propõe Cunha (2011), arrastam narrativas desde épocas passadas. Nesse contexto, o caso português apresenta-se quase como um caso "de laboratório" uma vez que, segundo Sousa (2017a, p. 383), "Portugal é um país coeso, com os seus limites geográficos bem definidos e com uma língua comum que liga culturalmente o país".

Isto tem possibilitado o surgimento, como afirma Almeida (2004, p. 164), de "uma imagem tradicional de nação culturalmente, etnicamente, linguisticamente e religiosamente homogénea, […] frequentemente apresentado como

exemplo quase perfeito de um estado-nação em que existe uma coincidência entre a unidade política e a unidade cultural". Como foi argumentado acima, essa imagem de nação não tem nada de natural – é uma construção histórica e, portanto, contingente.

Em particular, é interessante rastrear a ancoragem no passado da identidade nacional portuguesa, sobretudo no período das viagens marítimas, que é recuperado e construído nos textos como parte da memória coletiva da nação. Com a revolução de 1974, o projeto neocolonizador e neoimperial português, apoiado no conceito da "portugalidade" – isto é, de uma "portuguesidade" carregada ideologicamente – chegou ao fim e abriu no seio da esfera pública portuguesa um espaço para a redefinição e negociação da identidade coletiva (Almeida, 2004; Santos, 1995; Gil, 2004; Lourenço, 2000).

Como resultado, durante as últimas décadas tem-se vivido em Portugal uma *reimaginação* da nação que, como afirma Almeida (2004, p. 161), "engloba ao mesmo tempo a celebração do seu passado glorioso e da renegociação da posição de Portugal no mundo de estados-nação em que a tradicional *vocação atlântica* é combinada com a *opção europeia* para o progresso económico". A ideia de uma "tradicional vocação atlântica" é, em termos semióticos, um efeito de sentido desenvolvido ao longo da história e ancorado em episódios históricos que têm sido narrados e construídos nos termos apresentados neste artigo.

Nesse processo de reimaginação da nação, que é certamente um processo intersubjetivo de natureza discursiva, o passado continua a ter um papel central: como propõe Bittencourt (2015, p. 414), "após uma era gloriosa de descobrimentos e expansão, reserva-se para esse passado um sentimento de saudade, decorrente da incerteza de que os tempos egrégios talvez nunca mais vão se repetir". Como afirma o autor, "o povo busca no passado – talvez bastante distante – uma segurança, uma estabilidade simbólica" (Bittencourt, 2015, p. 422), que será central na construção, ainda em processo e apresentada como uma busca, da identidade nacional portuguesa. Como escreveu Pessoa em *Mensagem*: "Cumpriu-se o mar, e o Império se desfez. / Senhor, falta cumprir-se Portugal!"

AGRADECIMENTOS

O autor gostaria de agradecer a Raquel Carinhas pelos seus comentários após a leitura da primeira versão do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR E SILVA, V. (1972), "Função e significado do episódio da 'Ilha dos Amores' na estrutura de *Os Lusíadas*". *XLVIII Curso de Férias da Faculdade da Universidade de Coimbra*, Lisboa, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*.

AGUIAR E SILVA, V. (2020), "Luís Vaz de Camões: alegoria da Ilha dos Amores". *In* V. Aguiar e Silva, *Colheita de Inverno: Ensaio de Teoria e Crítica Literárias*, Coimbra, Almedina, pp. 345-360.

ALMEIDA, J. C. (2004), "Portugal, o Atlântico e a Europa. A identidade nacional, a (re)imaginação da nação e a construção europeia". *Nação e Defesa*, 107, pp. 147-172.

ALMEIDA, O. T. (2017). *A Obsessão da Portugalidade*, Lisboa, Quetzal.

AMANTE, M. de F. (coord.) (2011), *Identidade Nacional. Entre o Discurso e a Prática*, Porto, Fronteira do Caos Editores e CEPESE.

ANDERSON, B. (1983), *Imagined Communities*, Londres, Verso.

ARFUCH, L. (ed.) (2005), *Identidades, Sujetos, Subjetividades*, Buenos Aires, Prometeo.

ASSMANN, J. (1999), *Das Kulturelle Gedächtnis*, Munique, C. H. Beck.

APPIAH, K. A. (2018), *The Lies that Bind*, Londres, Profile.

BARTHES, R. (1957), *Mythologies*, Paris, Du Seuil.

BERGER, P., LUCKMANN, T. (1966), *The Social Construction of Reality*, Londres, Penguin.

BERNARDES, J. A. C. (2011), "Adamastor (Episódio do)". *In* V. Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Alfragide, Caminho.

BILLIG, M. (1995), *Banal Nationalism*, Londres, Sage.

BITTENCOURT, R. N. (2015), "Portugal mítico: a construção da autognose nacional". *Expedições*, 6 (2), pp. 410-423.

CABRAL, M. V. (2003), "A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 46 (3), pp. 513-533.

CAMÕES, L. V. de (2000 [1572]), *Os Lusíadas*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Instituto Camões.

CANDAU, J. (1998), *Mémoire et identité*, Paris, Presses Universitaires de France.

CHAUVEL, L. E. (2005), "Identidad e identidades". *Estudios*, 17, pp. 51-57.

CILLIA, R. de, REISIGL, M., WODAK, R. (1999), "The discursive construction of national identity". *Discourse and Society*, 10 (2), pp. 149-173.

CUNHA, L. (2006), "A identidade da nação: encenação e narrativa". *In* J. Miranda, M. I. João (orgs.), *Identidades Nacionais em Debate*, Oeiras, Celta, pp. 97-112.

CUNHA, L. (2011), "Tudo o que é denso se dissolve no ar? Retóricas de identidade num tempo de mudança". *In* A. Barata, A. S. Pereira, J. R. Carvalheiro (orgs.), *Representações da Portugalidade*, Alfragide, Caminho, pp. 115-128.

CUNHA, C. M. F. da (2012), "O Camões do *Estado Novo:* receção e ensino". *In* M. do C. Fraga et al. (orgs.), *Camões e os Contemporâneos*, Braga, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, Universidade dos Açores e Universidade Católica Portuguesa, pp. 253--258.

ECO, U. (1964), *Apocalípticos e Integrados ante la Cultura de Masas*, Barcelona, Lumen.

ECO, U. (1976), *A Theory of Semiotics*, Indiana, University of Indiana Press.

ECO, U. (2011), *Construir o Inimigo e Outros Escritos Ocasionais*, Lisboa, Gradiva.

EDENSOR, T. (2002), *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*, Oxford e Nova Iorque, Berg Publishers.

FELIZI, N. (2016), "*Os Lusíadas*, poema do descobrimento". *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, 8 (16), pp. 167-176.

FONTANILLE, J. (1991), *Sémiotique et Littérature*, Paris, Presses Universitaires de France.

FONTANILLE, J. (2008), *Pratiques Sémiotiques*, Paris, Presses Universitaires de France.

FONTANILLE, J. (2015), *Formes de Vie*, Liège, Presses Universitaires de Liège.

GIL, A. C. C. (2015), *A Identidade Nacional na Literatura Portuguesa. De Fernão Lopes ao Fim do Século XIX*, Ponta Delgada, CHAM.

GIL, J. (2004), *Portugal Hoje. O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio D'Água.

GOETHALS, G. R., ALLISON, S. T. (2012), "Making heroes: the construction of courage, competence and virtue". *Advances in Experimental Social Psychology*, 46, pp. 183-235.

HÉNAULT, A. (2012), *Les Enjeux de la Sémiotique*, Paris, Presses Universitaires de France.

HOBSBAWM, E., RANGER, T. (1983), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.

HJELMSLEV, L. (1943), *Prolegomena to a Theory of Language*, Madison, Wisconsin University Press.

JOÃO, M. I. (2015), "O mar na identidade cultural portuguesa". *In* M. Ruivo (coord.), *Do Mar Oceano ao Mar Português – Uma Rota para o Futuro*, Lisboa, CTT Correios de Portugal e Centro Nacional de Cultura, pp. 117-147.

LANDOWSKI, E. (2014), "Sociossemiótica: uma teoria geral do sentido". *Galáxia*, 27, pp. 10-20.

LOPES, M. dos S. (2015), *Identidade em Viagem. Para uma História da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Universidade Católica Editora.

LOPES, S. R. (2011), "*Mensagem* e a desconstrução da portugalidade". In A. Barata, A. S. Pereira, J. R. Carvalheiro (orgs.), *Representações da Portugalidade*, Alfragide, Caminho, pp. 9--32.

LORUSSO, A. M. (2010), *Semiotica della Cultura*, Bari e Roma, Laterza.

LORUSSO, A. M. (2015), *Cultural Semiotics*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.

LOTMAN, J. (1996), *La Semiosfera: I – Semiótica de la Cultura y del Texto*, Madrid, Cátedra.

LOTMAN, J. (1998), "La memoria de la cultura". *In* J. Lotman, *La Semiosfera: II – Semiótica de la Cultura, del Texto, de la Conducta y del Espacio*, Madrid, Cátedra.

LOURENÇO, E. (2000), *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva.

MAIA, M. E. P. (2003), "A figura mitológica de Adamastor como ligação entre Saramago, Fernando Pessoa e Camões em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, de José Saramago". *Revista do CESP*, 23 (32), pp. 105-116.

MATOS, M. V. L. de (2016), "Camões e ecos da sua obra na cultura contemporânea". *In* VVAA, *Entre a Desmistificação e a Utopia: Indagação sobre as Lusofonias (Conferência Internacional – 22 e 23 de outubro de 2014)*, Macau, Universidade de São José, pp. 45-67.

MATTOSO, J. (1998), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.

MIRANDA, J. (2006), "A nação portuguesa: memória e construção simbólica". *In* J. Miranda, M. I. João (orgs.), *Identidades Nacionais em Debate*, Lisboa, Celta, pp. 51-66.

MONTEIRO, N. G., PINTO, A. C. (2011), "Cultural myths and portuguese national identity". *In* A. C. Pinto (ed.), *Contemporary Portugal. Politics, Society and Culture*, Nova Iorque, Boulder.

MONTORO, J. M., MORENO BARRENECHE, S. (2021), "Towards a social semiotics of geo-cultural identities. Theoretical foundations and an initial semiotic square". *Estudos Semióticos*, 17 (2), pp. 121-143.

MORENO BARRENECHE, S. (2019), "On 'portugueseness': a semiotic approach". *Eikon*, 5, pp. 29--35.

MORENO BARRENECHE, S. (2020), "Sentidos, relaciones e interacciones. Intersecciones entre el pensamiento relacional y la sociosemiótica". *Andamios*, 44, pp. 15-37.

MORENO BARRENECHE, S. (2020a), "Mind the gap! On the discursive construction of collective political identities". *Punctum*, 6 (2), pp. 11-27.

MORENO BARRENECHE, S. (2023), "Saudade. A key passion in the discursive construction of Portuguese national identity". *Carte Semiotiche*, Annali 9, pp. 141-153.

PEREIRA, A. dos S. (2011), "Decadentismo nacional e identidade portuguesa: de Adolfo Coelho a Eduardo Lourenço e outros". *In* A. Barata, A. S. Pereira, J. R. Carvalheiro (orgs.), *Representações da Portugalidade*, Alfragide, Caminho, pp. 33-56.

PEREIRA, M. H. da R. (1985), "Presenças da antiguidade clássica em *Os Lusíadas*". *Revista de Letras*, 25, pp. 1-14.

PERUSSET, A. (2019), *Sémiotique des Formes de Vie*, Louvain-la-Neuve, De Boeck.

PESSOA, F. (2011 [1934]), *Mensagem*, Lisboa, Leya.

PRADO COELHO, J. do (1981), "A 'Ilha dos Amores'. Conjunções e dissonâncias". *Arquivos do Centro Cultural Português*, 16, pp. 181-189.

REBELO, L. de S. (2012), "A Ilha dos Amores e o imaginário da utopia". *In* S. Pereira, M. Ferro (coords.), *Actas da VI Reunião Internacional de Camonistas*, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 63-72.

REAL, M. (2010), *Introdução à Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta.

REAL, M. (2017), *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Planeta.

RIBEIRO, F. P. (2018), "The discursive construction of collective narratives on Portuguese national identity: homogeneity or diversity?" *Comunicação e Sociedade*, 34, pp. 325--342.

RICOEUR, P. (1991), "Narrative identity". *Philosophy Today*, 35 (1), pp. 73-81.

RICOEUR, P. (2003), *La mémoire, l'histoire, l'oublie*, Paris, Du Seuil.

SANTOS, B. de S. (1995), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-modernidade*, Lisboa, Cortez Editora.

SAPEGA, E. W. (2021), "Saramago's 'genius': Camões, Adamastor, and Ricardo Reis". In A. A. de Paula, M. Sabine (eds.), *In Dialogue With Saramago. Essays in Comparative Literature*, SPLASH Editions, pp. 25-35.

SEARLE, J. (1995), *The Construction of Social Reality*, Londres, Penguin.

SENA, J. de (1977), "Discurso da Guarda" [Discurso proferido na cidade da Guarda, durante as comemorações do Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, no dia 10 de junho de 1977]. Disponível em http://www.lerjorgedesena.letras.ufrj.br/antologias/declaracoes-publicas/discurso-da-guarda/, [consultado em 15-08-2023].

SOBRAL, J. M. (2012), *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SOUSA, V. de (2014), "O equívoco da portugalidade". *In* M. M. Batista, J. E. Franco, B. Cieszynska (orgs.), *Europa das Nacionalidades. Imaginários, Identidades e Metamorfoses Políticas*, Lisboa, Grácio, pp. 353-370.

SOUSA, V. de (2017a), *Da "Portugalidade"* à Lusofonia, Famalicão, Húmus.

SOUSA, V. de (2017b), "O Estado Novo, a cunhagem da palavra 'portugalidade' e as tentativas da sua reabilitação na atualidade". *Estudos em Comunicação*, 25 (1), pp. 287-312.

SOUSA, V. de, MARTINS, M. de L. (2013), "A 'portugalidade' no discurso parlamentar português: Assembleia Nacional (1935-1974) e Assembleia da República (1976-2012)". *In* Z. Pinto--Coelho, J. Fidalgo (eds.), *Comunicação e Cultura: II Jornada de Doutorandos em Ciências*

da Comunicação e Estudos Culturais, Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, pp. 87-103.
VERÓN, E. (1988), *La Semiosis Social*, Barcelona, Gedisa.
VIEIRA, Y. F. (1987), "Adamastor, o pesadelo de um ocidental". *Colóquio Letras*, 98, pp. 25-37.
VIOLI, P. (2014), *Paesaggi della Memoria*, Milão, Bompiani.

Recebido a 24-03-2021. Aceite para publicação a 21-02-2023. Publicação *ahead of print*: 30-11-2023.

MORENO BARRENECHE, S. (2023), "O mar e a viagem marítima na construção discursiva da identidade nacional portuguesa: uma hipótese baseada no estudo semiótico d'*Os Lusíadas* e da *Mensagem*". *Análise Social*, 252, LIX (3.º), pp. 2-31. https://doi.org/10.31447/202135.

Sebastián Moreno Barreneche » morenobarreneche@gmail.com » Facultad de Administración y Ciencias Sociales, Universidad ORT Uruguay » Bulevar España, 2633 — 11300 Montevidéu, Uruguai » https://orcid.org/0000-0003-3551-7117.